

Farmácias Vivas: Integração entre Saberes Tradicionais e Sustentabilidade na Saúde Comunitária

DOI: 10.5281/zenodo.14776016

Pedro Paulo Silva Marques Pinto^{a*}

This study examines the relevance of "farmácias vivas" (living pharmacies) as a strategy to integrate traditional and scientific knowledge, promoting health in remote communities in the Amazon region. Faced with limitations in the public healthcare system, especially in isolated areas, these pharmacies emerge as innovative solutions to expand access to medicinal treatments. Through a bibliographic review of relevant sources, the impacts of this practice on cultural preservation, environmental sustainability, and community health empowerment were evaluated. The findings highlight that "farmácias vivas" not only fill gaps in medication access but also strengthen the connection between health, environment, and traditional knowledge, contributing to the development of a more inclusive and resilient healthcare system. It is concluded that strengthening these initiatives is essential to promote sustainable and effective integration between local knowledge and public health policies.

Este trabalho analisa a relevância das farmácias vivas como uma estratégia para integrar o conhecimento tradicional e científico, promovendo a saúde em comunidades interioranas do Amazonas. Frente às limitações do sistema público de saúde, especialmente em regiões remotas, as farmácias vivas emergem como soluções inovadoras para ampliar o acesso a tratamentos medicinais. A partir de uma revisão bibliográfica de fontes relevantes, foram avaliados os impactos dessa prática na preservação cultural, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da saúde comunitária. Os resultados evidenciam que as farmácias vivas não apenas suprem lacunas de acesso a medicamentos, mas também reforçam a conexão entre saúde, meio ambiente e saberes tradicionais, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo e resiliente. Conclui-se que o fortalecimento dessas iniciativas é essencial para promover uma integração sustentável e eficaz entre os saberes locais e as políticas públicas de saúde.

^aUniversidade de Brasília (UnB). Campus Darcy Ribeiro. Instituto de Química (IQ/UnB).

*E-mail: ppmarques01@gmail.com

Palavras-chave: Saúde comunitária; sustentabilidade; saúde pública.

Recebido em 27 de dezembro de 2024,

Aprovado em 08 de janeiro de 2025,

Publicado em 31 de janeiro de 2025.

Introdução

O Brasil, detentor de uma das maiores biodiversidades do mundo, enfrenta desafios significativos em garantir o acesso à saúde para toda a sua população. Em especial, as regiões Norte e Nordeste convivem com deficiências estruturais no sistema público de saúde, que frequentemente limitam o acesso a medicamentos convencionais. Nesse contexto, alternativas como as farmácias vivas emergem como soluções promissoras ao combinar saberes tradicionais e conhecimentos científicos.¹

As farmácias vivas vão muito além de uma simples solução de saúde, destacando-se pela capacidade de integrar o conhecimento local com estratégias científicas. Essa combinação é essencial para promover resultados que beneficiem tanto a população quanto o meio ambiente. O modelo das farmácias vivas não apenas fortalece a autonomia das comunidades em relação aos cuidados com a saúde, mas também promove a sustentabilidade ambiental e a preservação da biodiversidade ao incentivar o cultivo e uso local de plantas medicinais.² Essa abordagem tem impacto

direto em comunidades rurais e indígenas, onde o conhecimento sobre o uso terapêutico de plantas é amplamente disseminado e constitui uma ferramenta essencial para suprir as lacunas deixadas pelos sistemas tradicionais de saúde.³

A valorização do saber popular nessas comunidades é um ponto central e precisa ser continuamente fomentada. Trata-se de uma oportunidade de resgatar e preservar tradições culturais que, de outra forma, estariam em risco de desaparecer. Ao conectar saberes populares com práticas científicas, as farmácias vivas possibilitam não apenas a validação e padronização do uso de fitoterápicos, mas também a promoção do uso seguro e racional desses recursos. Esse processo reduz a dependência de fármacos industrializados e amplia o acesso a terapias eficazes e de baixo custo, especialmente em regiões remotas onde outras formas de tratamento são inviáveis. Além disso, o uso de plantas medicinais contribui para a manutenção do conhecimento ancestral, o que reforça o papel cultural dessas práticas.^{3,4}

A integração entre ciência e tradição é crucial, especialmente em um cenário de crescente debate sobre a sustentabilidade dos sistemas de saúde convencionais. Os fitoterápicos oferecem uma alternativa viável e acessível, desde que seu uso seja implementado de maneira responsável e informada. Por outro lado, o modelo enfrenta desafios importantes, como a necessidade de infraestrutura adequada, resistência cultural e a capacitação técnica das comunidades locais para o cultivo e manejo de plantas medicinais⁵. A inclusão de programas de educação ambiental e treinamentos específicos seria essencial para superar essas barreiras, criando um ciclo sustentável de produção e uso de fitoterápicos.⁶ Essa necessidade prova que a implementação eficaz de farmácias vivas vai além do manejo das plantas, exigindo um esforço conjunto entre comunidade, profissionais de saúde e gestores públicos.

Embora seja evidente o potencial das farmácias vivas para a saúde pública e para a conservação ambiental, a análise crítica do artigo em questão revela a importância de aprofundar os debates sobre a sustentabilidade e a expansão desse modelo a longo prazo. Para além dos benefícios diretos à saúde, a integração entre ciência e saber popular promovida por esse modelo destaca-se como uma via de transformação social, especialmente em áreas onde os recursos de saúde são escassos.

O artigo analisado oferece uma contribuição valiosa ao relatar a experiência de profissionais de saúde na implantação das farmácias vivas no estado do Amazonas, explorando os benefícios e desafios dessa abordagem. Sua relevância está em destacar a importância da integração entre conhecimento tradicional e avanços científicos como base para promover a saúde e o bem-estar das populações locais.⁷ No entanto, o estudo poderia ter aprofundado a análise sobre os impactos sociais de longo prazo e as estratégias para superar os desafios identificados.

Entretanto, a avaliação também ressalta que o sucesso dessas iniciativas está intrinsecamente ligado ao envolvimento comunitário e à implementação de políticas públicas eficazes, reforçando a necessidade de ações que garantam a viabilidade dessas práticas no longo prazo.⁸ Além disso, é fundamental considerar como as farmácias vivas podem ser escaladas para atender a uma população mais ampla sem comprometer os princípios de sustentabilidade e respeito aos saberes tradicionais.

A adoção mais ampla das farmácias vivas pode ser um divisor de águas para comunidades historicamente negligenciadas. Contudo, é fundamental garantir que essa expansão seja conduzida de maneira ética e sustentável, respeitando as especificidades locais.

Metodologia

A metodologia deste trabalho centrou-se na análise da importância das farmácias vivas para a saúde das comunidades interioranas do Amazonas. Foram examinadas as práticas descritas, com destaque para sua relevância e impacto na promoção de saúde, sustentabilidade e integração entre saberes científicos e tradicionais. Para isso, fontes bibliográficas relevantes, como o artigo escrito por Malosso *et al.*,¹ entre outras fontes, foram revisadas a fim de contextualizar e avaliar as contribuições do artigo analisado.

Resultados e discussão

Os resultados obtidos destacam a relevância das farmácias vivas como um modelo integrado de cuidado à saúde e preservação cultural, especialmente nas regiões interioranas do Amazonas. A prática do uso de plantas medicinais se mostra profundamente enraizada na vivência cotidiana dessas comunidades, sendo utilizada para tratar desde condições simples, como resfriados, até doenças mais graves e crônicas⁹. Essa relação entre saúde e biodiversidade reflete um conhecimento ancestral que resiste ao tempo e se adapta às mudanças.

Segundo a pesquisa feita por Andrade *et al.*,¹⁰ as comunidades estudadas demonstraram grande confiança na eficácia das terapias baseadas em plantas medicinais. Essa confiança é alimentada pela transmissão oral do conhecimento entre gerações, o que reforça a importância cultural dessas práticas.¹¹ No entanto, a lacuna de regulamentação formal e a ausência de padronização no uso dessas plantas apresentam desafios para garantir a segurança e a eficácia dos tratamentos.

Além disso, formas diversificadas de preparo, como chás, infusões e cataplasmas, evidenciam a adaptabilidade das práticas locais. Um exemplo significativo é o destaque dado aos chás, que representam 61,1% das indicações, seguidos por banhos terapêuticos e xaropes, que também têm impacto relevante.¹² A variedade de métodos sublinha a riqueza das tradições, mas também aponta para a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde para lidar adequadamente com essas práticas.

Do ponto de vista do autor desta resenha, as farmácias vivas representam uma oportunidade única de integrar o conhecimento tradicional com a ciência moderna, fortalecendo não apenas o sistema de saúde, mas também promovendo a conservação ambiental. Esse modelo propõe uma abordagem holística que beneficia não apenas os indivíduos atendidos, mas também as comunidades em seu entorno, que se tornam protagonistas de sua própria saúde.

Conclusões

Os resultados apresentados reforçam a relevância das farmácias vivas como uma iniciativa estratégica para a promoção da saúde e o fortalecimento das comunidades interioranas do Amazonas. Este modelo, que integra o conhecimento tradicional e a ciência moderna, destaca-se como um elemento-chave na busca por um sistema de saúde mais inclusivo, sustentável e culturalmente adaptado. A valorização das práticas tradicionais e a preservação do conhecimento ancestral sobre plantas medicinais não são apenas uma solução prática para os desafios de acesso à saúde, mas também um ato de reconhecimento da riqueza cultural e ambiental do Brasil.

O fortalecimento das farmácias vivas exige um compromisso contínuo com a capacitação de profissionais de saúde, especialmente no que diz respeito ao uso seguro e eficaz das plantas medicinais. Investimentos em educação e formação, tanto para as comunidades locais quanto para os enfermeiros e outros profissionais de saúde, são essenciais para garantir que essas práticas sejam sustentáveis e seguras. Além disso, a padronização e regulamentação do uso das plantas medicinais são passos imprescindíveis para aumentar a confiança e a aceitação dessas iniciativas no sistema formal de saúde.

A relação entre saúde comunitária e sustentabilidade ambiental, amplamente discutida, sublinha a importância de políticas públicas que promovam o cultivo sustentável e o uso responsável de recursos naturais. Isso inclui o incentivo à pesquisa científica sobre a eficácia e os riscos associados às plantas medicinais, além da criação de parcerias entre universidades, governos e comunidades locais para fomentar o desenvolvimento de novas práticas e tecnologias no contexto das farmácias vivas.

Por outro lado, não se pode ignorar os desafios logísticos e institucionais envolvidos. A implementação eficaz das farmácias vivas depende não apenas da vontade política, mas também de um planejamento detalhado que

contemple as especificidades culturais e geográficas das comunidades envolvidas. Esses aspectos devem ser considerados com cuidado para que os benefícios dessas práticas sejam ampliados e os riscos, minimizados.

Conclui-se, portanto, que as farmácias vivas têm um papel transformador a desempenhar no sistema de saúde brasileiro. Mais do que uma solução para a falta de acesso a medicamentos convencionais, elas representam um movimento de reconexão com a natureza, com as raízes culturais e com práticas que, ao mesmo tempo, promovem a saúde e a preservação do meio ambiente. Cabe agora aos gestores públicos, pesquisadores e profissionais de saúde garantir que essas iniciativas sejam tratadas como prioridade, não apenas para atender às necessidades de saúde imediatas, mas também como um legado de sustentabilidade e inclusão para as futuras gerações.

Contribuições por Autor

A resenha sobre o artigo em referência e a inclusão de algumas observações são de Pedro P. Marques.

Conflito de interesse

Não há conflito de interesses.

Agradecimentos

Agradeço ao PET-Química/IQ/UnB, à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) e ao Decanato de Ensino de Graduação (DEG/UnB) por todo o apoio concedido através do Programa de Educação Tutorial. Ao Instituto de Química (IQ/UnB) e à Universidade de Brasília pelo suporte e espaço fornecidos.

Notas e referências

- 1 M. G. Malosso, A importância das farmácias vivas para a saúde das comunidades interioranas do Amazonas, Brasil, *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 2024, **01**, 111–120.
- 2 F. C. Moraes, Plantas medicinais e fitoterapia no SUS em Itapeva/SP: integrando saberes e conhecimentos para o cuidado em saúde, *Revista Fitos*, 2020, **14**, 333-340.

- 3 A. C. Silva, *Universidade federal do Amazonas – Centro de ciências do ambiente. Programa de pós-graduação em ciências do Ambiente e sustentabilidade na Amazônia*, A etnofarmacologia na Amazônia: um estudo de caso nas comunidades São Francisco e São José sobre o uso de plantas medicinais no município de Careiro Da Várzea Amazonas, 2024.
- 4 R. N. Furtado, Potencial farmacológico de plantas medicinais no tratamento da depressão, *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2022, **08**, 1039-1046.
- 5 C. S. Carvalho, Avaliação do perfil socioeconômico e conhecimento botânico de plantas medicinais na comunidade rural de Santa Marta, *Brazilian Journal of Development*, 2021, **07**, 71402-71421.
- 6 A. De Viche, A. F. Neves, G. M. Alves, O uso de plantas medicinais perspectiva e abordagem em busca de sustentabilidade: produção consumo e potencialidades econômicas, *Observatório de la Economía Latinoamericana*, 2024, **22**, 5393-5393.
- 7 V. A. Royo, Projeto de Extensão “Eu Uso Plantas Medicinais com Segurança e Qualidade”, *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, 2024, **06**, 661-671.
- 8 G. F P. Junior, M. G. B. Azevedo, J. B. P. Souza, Cultivo e uso de plantas medicinais na comunidade rural Sítio Bujari, Cuité, Paraíba, Brasil, *Saúde e meio ambiente: revista interdisciplinar*, 2024, **13**, 61-80.
- 9 A. C Silva, F. H. S. Lobato, V. Ravena-Canete, Plantas medicinais e seus usos em um quilombo amazônico: o caso da comunidade quilombola do abacatal, Ananindeua (PA), *Revista do NUFEN*, 2019, **11**, 113-136.
- 10 R. M. Andrade, Sabedoria popular: o uso de remédios caseiros no tratamento dos sintomas da Covid-19 na Comunidade Indígena Tikuna Bom Jesus II, no município de São Paulo de Olivença, Amazonas/Brasil, *Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Instituto de Natureza e Cultura – INC. Benjamin Constant – AM*, 2022.
- 11 E. F. Rodrigues, E. E. Gomes, T. C. Coutinho, Relação do saber tradicional com o conhecimento científico: a importância das ervas medicinais na saúde indígena, *XIV ENPEC caldas novas, Educação em Saúde e Educação em Ciências*, 2022.
- 12 Z. G. Silva, F. R. Leone, W. Cella, Conhecimento etnobotânico sobre plantas medicinais, utilizadas por moradores de uma cidade ribeirinha no interior do estado do Amazonas, Brasil, *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, 2022, **26**.